

Análise da avaliação do programa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e sua contribuição para a educação

Larissa de Quadros Machado (UEPG)
lariqm25@gmail.com

1 Introdução

O presente texto tem por objetivo relatar discussões realizadas a respeito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV e sua relação com a educação, a partir dos resultados de Trabalho de Conclusão de Curso realizado na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

É importante destacar que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, iniciado em 2009, insere-se no *hall* de políticas públicas da Assistência Social brasileira, sendo implementado de acordo com as ações do Estado. A relação entre Estado e sociedade define o que é primordial para o processo de formulação de uma política pública, sendo esta expressa em programas e projetos. Tendo em vista esta objetivação, as políticas públicas são fundamentadas visando o bem-estar social e a diminuição das desigualdades, necessitando o Estado colocar em prática suas responsabilidades.

No contexto brasileiro, os estudos sobre as políticas públicas ganham destaque a partir dos anos de 1980, visto que o país perpassava por transformações políticas, com reformas econômicas em diferentes áreas como a educação, saúde e previdência social. Com o processo de redemocratização, fomentou-se a necessidade de democratizar o acesso aos serviços e a garantia dos direitos, principalmente os sociais.

Cabe salientar que a Assistência Social ganhou o *status* de política pública com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), pois este documento legal colocou em destaque os direitos sociais. Enquanto política pública esperava-se que o Estado assumisse sua responsabilidade, ou seja, a implantação de políticas sociais, exemplo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

É nesse contexto que se insere o presente texto, o qual persegue o objetivo indicado, apresentando os dados de uma análise da avaliação do referido programa com os seus respectivos educadores sociais em uma instituição do Município de Ponta Grossa – PR e as contribuições ao campo educacional.

2 Desenvolvimento

Tendo em vista que o Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos é uma política pública social, a avaliação torna-se imprescindível. Esta, tem “relevância [...] incontornável, podendo estar associada à transformação, à melhoria, à transparência, à inovação e, em geral, ao desenvolvimento de programas públicos”. (FERNANDES, 2011, p. 186).

Seguindo este raciocínio, Ferrão (2018) nos convida a refletir o porquê avaliam-se os programas e as políticas públicas. Diante disso, o autor evidencia que inúmeras questões estão relacionadas a este processo, como fatores políticos, econômicos, institucionais e culturais.

Em consonância com estes ideais, Fernandes (2018) ressalta que não faz sentido separar a avaliação da política, pois a avaliação perpassa por um ambiente político. E neste sentido, “a avaliação e a política consideram-se indissociáveis porque a política diz respeito a todos os cidadãos e não apenas àqueles que, supostamente, têm a arte para governar”. (FERNANDES, 2018, p. 6).

Nesta ótica, pode-se compreender, portanto, que a avaliar é parte fundamental do ciclo das políticas públicas sociais, uma vez que irá auxiliar no estudo das ações empreendidas no contexto da implementação desta política, aprimorando os objetivos que foram estabelecidos.

Dito isto, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem como objetivo, de maneira preventiva, a busca pela construção da estrutura e do convívio familiar e comunitário, desenvolvendo, assim, a autonomia e o fortalecimento dos vínculos. O programa atende crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, em diferentes situações de vulnerabilidade social, além de outras faixas etárias. Para que o SCFV possa ser executado, de acordo com o objetivo, é essencial que se garanta um espaço físico condizente com as atividades que serão propostas.

Em vista disso, no Município de Ponta Grossa – PR, são necessários: “sala de atendimento individualizado, sala de atividades coletivas e comunitárias, sala para atividades administrativas, instalações sanitárias com boas condições de funcionamento”. (PONTA GROSSA, 2019, p. 16).

Para adentrar ao SCFV, o usuário tem cinco formas de acesso, sendo elas: 1) busca ativa, 2) demanda espontânea, 3) encaminhamento pelo CREAS, 4) encaminhamento da rede socioassistencial e 5) encaminhamento das demais políticas públicas. Enfatiza-se que os usuários do referido Serviço devem, obrigatoriamente, estar referenciados no CRAS do território e incluídos no Cadastro Único (CadÚnico), sendo quesito prioritário para a vaga.

A instituição em que a pesquisa fora realizada é assistida pelo programa e está localizada na área urbana da cidade, atendendo crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 17 anos e possui, atualmente, cento e quarenta usuários (as) atendidos (as). Para este atendimento, a instituição conta com cinco educadores sociais. Para a realização da pesquisa ora relatada, tais sujeitos responderam questionário com perguntas sobre as práticas realizadas, as contribuições para o campo educacional e a avaliação (podendo ser positiva ou negativa) do programa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Com base nos dados analisados, esta política pública social vem cumprindo, na sua maioria, com o seu objetivo. Além disso, com fundamento na avaliação realizada pelos profissionais da instituição, em todos os questionamentos, tem-se a compreensão de que o referido programa não é uma Política de Educação, mas sim de Assistência Social. No entanto, está contribuindo com a permanência dos sujeitos no sistema educacional, além de desenvolver atividades de cunho lúdico, esportivo, desportivo, cultural e educativo.

Posto isto, Fernandes (2018) salienta que só avaliando as ações dos programas (como o SCFV) é que as políticas públicas estarão a serviço da sociedade, do bem-estar de todos os cidadãos, da democracia e da transformação social.

3 Considerações Finais

Os dados analisados, junto ao arcabouço teórico da pesquisa, revelam a importância do SCFV, que proporciona ações em busca da garantia dos direitos sociais

das crianças e dos adolescentes. Ações estas que fortalecem os vínculos familiares, comunitários e que auxiliam, de certa forma, no desenvolvimento escolar dos indivíduos, uma vez que estes aprendem a conviver entre si, a desenvolver a criatividade, o senso de responsabilidade, a autoconfiança, necessários também para o âmbito educacional.

Cabe salientar que o SCFV é complementar ao trabalho social com as famílias, fato que auxilia também na relação família-escola, tema amplamente debatido quando se fala da importância desta relação para o processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, a partir do resgate histórico e da análise empreendida, ficou evidente que o SCFV é imprescindível para o cumprimento dos direitos de proteção à criança e ao adolescente, bem como de suas famílias. Desta forma, a avaliação realizada evidenciou que este programa desenvolve papel fundamental na prevenção dos riscos sociais enfrentados por estes sujeitos e, conseqüentemente, contribui para que os fins educacionais sejam atendidos, pois, ao proteger os sujeitos em vulnerabilidade oferece condições para que crianças e adolescentes permaneçam no contexto escolar tendo acesso aos conhecimentos socialmente elaborados.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FERNANDES, D. Avaliação de programas e projetos educacionais: das questões teóricas às questões práticas. In: FERNANDES, D. (Org.). **Avaliação em educação: olhares sobre uma prática social incontornável**. Pinhais: Editora Melo, 2011. p. 185-208.

FERNANDES, D. Contributos das perspectivas orientadas por/para uma agenda social. In: FERRÃO, J.; PAIXÃO, J. M. P. (Orgs.). **Metodologias de avaliação de políticas públicas**. Lisboa: Imprensa da Universidade de Lisboa, 2018. p. 1-16.

FERRÃO, J.; PAIXÃO, J. M. P. Dos paradigmas, práticas e teorias de avaliação às metodologias: uma visão panorâmica. In: **Metodologias de avaliação de políticas públicas**. Lisboa: Imprensa de Lisboa, 2018. p. 5- 28.

PONTA GROSSA. Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa. **Minuta de protocolo dos serviços socioassistenciais de proteção social básica**. Ponta Grossa, 2019. Disponível em: [protocolo_psb_consulta-publica.pdf \(wordpress.com\)](#). Acesso em: 22 mar. 2023.